

Brasília-DF, 20 de março de 2026

Eletricitários de SP levam mobilização a Brasília contra a caducidade da Enel



O Sindicato dos Eletricitários de São Paulo realiza, na próxima segunda-feira (23), um ato em Brasília (DF) em frente à sede da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) contra o processo de caducidade da concessão da Enel SP. A mobilização está marcada para ocorrer das 14h30 às 16h30 e reunirá trabalhadores do setor elétrico em defesa dos empregos, dos direitos da categoria e da transparência nas decisões que impactam o serviço de energia.

A manifestação dá continuidade à forte mobilização realizada na capital paulista, que reuniu mais de 5 mil trabalhadores no último dia 12. Agora, a categoria leva a pauta ao centro das decisões nacionais, cobrando posicionamento claro da ANEEL sobre o processo em curso.

O ato tem como principal objetivo exigir esclarecimentos públicos da agência reguladora e reforçar a necessidade de que qualquer decisão sobre a concessão leve em conta não apenas aspectos políticos, mas também a segurança jurídica, a qualidade do serviço e, sobretudo, a preservação dos empregos.

Além do ato, o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Eduardo Annunciato (Chicão), cumpre agenda em Brasília com reuniões junto a autoridades do governo federal, incluindo ministros de Estado, para tratar do tema.

Para o Sindicato, a possibilidade de caducidade da concessão, se conduzida de forma precipitada, pode gerar instabilidade no setor elétrico, comprometer investimentos e impactar diretamente a população, além de ameaçar milhares de postos de trabalho.

A mobilização em Brasília contará com estrutura organizada pelo Sindicato, incluindo faixas, bandeiras, materiais de comunicação e cobertura ao vivo pelas redes digitais da entidade.

Serviço

Ato contra a caducidade da Enel SP

Local: Em frente à ANEEL – Brasília (DF)

Data: 23 de março (segunda-feira)

Horário: das 14h30 às 16h30

Pauta: Defesa dos empregos, transparência no processo de caducidade e garantia de segurança jurídica no setor elétrico.

INFORMAÇÕES:

Chicão – presidente (11) 3346-2764

Assessoria de comunicação:

Gisele/Evelyn (11) 3346-2766 e (11) 97453-9897

Acesse – www.eletricitarios.org.br

Fonte: Eletricitários

Acabar com a Justiça do Trabalho? – por João Guilherme



Foto: Divulgação

As pessoas que leram a versão impressa do Estadinho de segunda-feira (16/03) ficaram surpresas e alarmadas com a manchete: “Empresas pagam recorde de R\$ 50 bi em ações trabalhistas” (nas páginas internas o recorde vai a mais de R\$ 50 bi).

A própria matéria de Daniel Weterman assinala que o permanente crescimento das ações trabalhistas e seus montantes só foi interrompido pela deformação trabalhista de 2017, capitaneada por Rogério Marinho, que colocou mata-burros financeiros para a ação judicial dos trabalhadores.

Como STF julgou inconstitucional a eliminação da Justiça gratuita e o pagamento das ações pelos trabalhadores, os mata-burros de 2017 foram eliminados e o crescimento das ações e seus montantes continuou até o recorde atual.

O partido editorial da manchete, capa e matérias do Estadinho é fazer pressão sobre os ministros do STF que julgarão em breve os limites da gratuidade e a pejotização.

O que significa o valor destas ações trabalhistas?

É a precificação, pelos tribunais, das violações continuadas pelas empresas e pelos patrões dos direitos trabalhistas, das leis e dos acordos ou convenções coletivas. Este é o resultado, menos que

Brasília-DF, 20 de março de 2026

compensatório, do verdadeiro faroeste vigente nas relações de trabalho e emprego.

O hoje senador Rogério Marinho, coordenador da campanha à presidência do candidato bolsonarista, promete com sua eleição completar o serviço iniciado com a reforma de 2017 e talvez, conseguir a própria extinção da Justiça do Trabalho, como pretende seu correligionário o deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical

Fonte: Rádio Peão Brasil

PL da redução da jornada é retirado de pauta e deve voltar na próxima semana



O Projeto de Lei nº 67/2025, de autoria da deputada Daiana Santos (PCdoB-RS), que propõe a alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para fixar a jornada máxima de 40 horas semanais, com garantia de dois dias de descanso remunerado (escala 5x2) e o fim da escala 6x1, foi retirado de pauta do plenário da Câmara dos Deputados nesta semana.

A retirada ocorreu em razão de um acordo de procedimento firmado no âmbito da própria comissão, adiando a apreciação da matéria.

A expectativa é de que o projeto retorne à pauta do plenário na próxima semana, quando a Câmara deverá funcionar em regime híbrido. Diante desse formato e do cenário de articulação política, não está descartada a possibilidade de novo adiamento da discussão.

O DIAP seguirá acompanhando a tramitação da proposta, considerada estratégica para o debate sobre a redução da jornada de trabalho e a melhoria das condições laborais no país.

Fonte: Diap

Redução de jornada e regras para aplicativos devem ser prioridades neste ano, diz ministro do Trabalho

Relator de projeto sobre escala 5x2 e redução de jornada para 40 horas semanais propõe implementação escalonada até 2028

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



Luiz Marinho: governo apoia 40 horas semanais com escala 5x2

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou nesta quarta-feira (18) que a redução da jornada de trabalho e regras para trabalhadores por aplicativos devem estar entre as prioridades do Congresso Nacional neste ano.

“É fundamental nos debruçarmos sobre essas pautas neste quadrimestre, para criar condições de o Senado ter tempo de atuar ainda em 2026”, disse ele, durante audiência pública na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados.

Segundo Luiz Marinho, o governo apoia a jornada máxima de 40 horas semanais, com dois dias de folga (escala 5x2). A mudança está prevista no Projeto de Lei 67/25, da deputada Daiana Santos (PCdoB-RS), hoje em análise na comissão.

Para o ministro, o projeto de lei é um caminho mais célere que as duas propostas de emenda à Constituição (PECs) hoje na Câmara. “A sociedade vem debatendo muito essa questão, e o Parlamento tem sensibilidade para agilizar isso”, afirmou.

Alternativa

Relator na Comissão de Trabalho, o deputado Leo Prates (PDT-BA) elaborou nova versão para o Projeto de Lei 67/25, incorporando outra iniciativa que tramita em conjunto. O substitutivo seria votado hoje, mas acabou retirado de pauta.

Para minimizar impactos econômicos e operacionais nas empresas, a versão do relator prevê implementação escalonada. A jornada seria de 42 horas semanais em 1º de janeiro de 2027, atingindo 40 horas apenas em 1º de janeiro de 2028.

Brasília-DF, 20 de março de 2026

O substitutivo altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Lei 12.790/13, que trata da profissão de comerciário, e a Lei do Repouso Semanal Remunerado. Pelo texto, as mudanças valerão para todas as categorias e sem redução salarial.

Na reunião desta quarta, o parecer de Leo Prates recebeu apoio de parlamentares. O presidente da Comissão de Trabalho, deputado Max Lemos (PDT-RJ), afirmou que a proposta será votada depois do cumprimento de todas as regras regimentais.

Plataformas

Sobre a regulamentação do trabalho por aplicativos, Luiz Marinho defendeu o "enquadramento possível", com direitos previdenciários e segurança. "O vínculo formal, a CLT, a gente não tem força para passar neste Parlamento", declarou.

Segundo o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), o Projeto de Lei Complementar 152/25, que trata do trabalho por aplicativos, poderá ser votado pelo Plenário até abril. Ainda não há um texto de consenso.

Fonte: Agência Câmara

Reeleger Lula para preservar direitos e a democracia

Entre avanços sociais recentes e o risco de retrocessos institucionais, a eleição de 2026 pode definir o rumo do Estado de Direito no Brasil.

Marcos Verlaine*

O Brasil atravessa década marcada por forte politização estrutural, polarização política, crises institucionais e profundas disputas sobre o papel do Estado na garantia de direitos sociais.



Desde 2023, o governo do presidente Lula (PT) tem procurado reposicionar o País em basicamente 2 frentes centrais: a reconstrução das políticas públicas desmontadas nos anos anteriores e a reafirmação do compromisso com a democracia constitucional.

Esse esforço tornou-se ainda mais evidente após os ataques às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023, numa clara tentativa de golpe de Estado. Episódio que colocou à prova a solidez institucional brasileira e exigiu resposta firme do Estado.

Naquele contexto, a defesa do Estado de Direito

deixou de ser apenas tema teórico ou retórico e passou a ser condição prática para a estabilidade política e econômica do País.

A eleição presidencial que se avizinha, portanto, não se resume à alternância comum de poder. Essa coloca em debate 2 projetos distintos de sociedade: um baseado na ampliação de direitos e na presença ativa do Estado, e outro que tende a relativizar políticas sociais e tensionar as instituições democráticas.

RISCO DE REGRESSÃO POLÍTICA

Nesse cenário, a eventual vitória do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), preposto do pai, representaria, para muitos analistas, o retorno de ciclo político marcado por confrontos institucionais, desmonte de políticas sociais e tensionamento constante entre os Poderes da República.

A experiência recente mostra que discursos que desacreditam instituições — como o Judiciário, o sistema eleitoral e a imprensa — tendem a produzir erosão democrática gradual.

Esse processo não ocorre necessariamente por ruptura abrupta, mas por desgaste contínuo das regras e dos freios institucionais que sustentam a democracia.

O risco, portanto, não reside apenas em divergências políticas e ideológicas legítimas. Esse se concentra na possibilidade de retrocessos institucionais que afetem direitos sociais, liberdades civis e a própria estabilidade do regime democrático, com fundamento na Constituição de 1988.

POLÍTICA ECONÔMICA COM FOCO EM RENDA

Um dos eixos centrais do atual governo tem sido a recomposição do poder de compra das famílias e a recuperação do papel distributivo das políticas públicas.

Entre as principais medidas adotadas está a retomada da política de valorização do salário mínimo. O governo restabeleceu a regra que combina reposição da inflação com crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), que garante aumento real do rendimento básico de milhões de trabalhadores e aposentados.

Outra iniciativa relevante foi a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Medida que pode reduzir a carga tributária sobre a chamada "classe média" e os trabalhadores de menor renda.

Também merece destaque a aprovação da lei de igualdade salarial entre homens e mulheres para trabalho de igual valor, avanço importante na

Brasília-DF, 20 de março de 2026

tentativa de reduzir desigualdades históricas no mercado de trabalho brasileiro.

PROTEÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO ECONÔMICA

Na área social, a principal medida foi a reconstrução do programa de transferência de renda. O Novo Bolsa Família restabeleceu o valor mínimo de R\$ 600 e criou adicionais específicos para crianças, adolescentes e gestantes, reforçando o foco no combate à pobreza infantil.

Outra política relevante foi o programa Desenrola Brasil, orientado à renegociação de dívidas de famílias de baixa renda e pequenos devedores.

Ao facilitar a limpeza do nome e o retorno ao crédito, o programa buscou estimular o consumo e reduzir o elevado nível de endividamento das famílias brasileiras.

No campo habitacional, o governo retomou o programa Minha Casa, Minha Vida, com prioridade para famílias de menor renda. A iniciativa busca reduzir o déficit habitacional e, ao mesmo tempo, estimular a atividade econômica na construção civil.

DEMOCRACIA, MEIO AMBIENTE E REFORMA ESTRUTURAL

O governo também procurou reposicionar o Brasil no debate ambiental internacional. A meta de desmatamento zero na Amazônia e o fortalecimento de órgãos de fiscalização ambiental marcaram mudança significativa na política ambiental brasileira.

Outro avanço estrutural foi a aprovação da Reforma Tributária sobre o consumo. Após décadas de impasse, o Congresso aprovou emenda à Constituição que simplifica o sistema tributário e substitui diversos impostos por modelo de IVA Dual¹.

A medida tem potencial para reduzir distorções econômicas e aumentar a eficiência do sistema tributário brasileiro.

ELEIÇÃO COMO ESCOLHA DE PROJETO DE PAÍS

A disputa eleitoral futura, portanto, não será apenas entre nomes ou partidos. Essa envolve escolha sobre o papel do Estado, a preservação de direitos sociais e o respeito às instituições democráticas, permanentemente ameaçadas no governo anterior.

A reeleição de Lula, portanto, representaria a continuidade de projeto de reconstrução institucional e de ampliação gradual de políticas sociais. Já a ascensão de Flávio Bolsonaro poderia significar a retomada de agenda marcada por conflitos institucionais e por visão mais restritiva do papel do Estado na proteção social.

Em democracias consolidadas, eleições são instrumentos de renovação política. No Brasil contemporâneo, contudo, essas também funcionam como mecanismos de defesa do próprio regime democrático.

Mais do que escolher um governante, o País estará decidindo qual modelo de sociedade deseja consolidar: um baseado na ampliação de direitos e no fortalecimento das instituições ou outro marcado pela incerteza institucional e pelo risco de regressão social.

(*) *Jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do HP*

¹ O IVA Dual é o novo modelo de tributação sobre o consumo na Reforma Tributária brasileira, que substitui 5 impostos — PIS, Cofins, IPI (federais), ICMS (estadual), ISS (municipal) — por 2 tributos unificados — CBS (federal) e IBS — estadual/municipal. Com foco na não cumulatividade e transparência, a transição começa em 2026, com conclusão prevista para 2033, visando simplificar a cadeia produtiva.

Fonte: Diap

Ipea divulga Nota Técnica sobre mudanças na jornada e escala de trabalho



A Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea lançou a Nota Técnica "Mudanças na jornada e na escala de trabalho: elementos empíricos para o debate", que analisa, com base em dados da RAIS 2023, os impactos econômicos e sociais de propostas de redução da jornada semanal no Brasil, destacando efeitos sobre custo do trabalho, setores produtivos e perfil dos trabalhadores mais afetados.

O estudo evidencia que a jornada superior a 40 horas ainda predomina entre vínculos formais, especialmente em ocupações de menor escolaridade e renda, e aponta que eventuais mudanças exigem avaliação setorial e políticas de transição, diante da ausência de dados consolidados sobre escalas de trabalho no país.

[O documento completo está disponível AQUI](#)

Fonte: Diap